

✓ **EDUCAÇÃO**

25. PROPOSTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E NA ESCOLA NÃO AGRUPADA– APLICAÇÃO DO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO:

Submetem-se as minutas dos contratos interadministrativos mencionados em epígrafe, para ratificação e submissão a ratificação da Assembleia Municipal em conformidade como o disposto na alínea d), do número 2, do artigo 23.º, da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea m), do número 1, do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo, tudo de acordo com os documentos que se anexam.

DESPACHO

Submetam-se os contratos interadministrativos hoje outorgados à próxima reunião de Câmara para ratificação e submissão a ratificação da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na alínea d), do número 2, do artigo 23.º, da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, da alínea m), do número 1, do artigo 33.º e do n.º 3, do artigo 35.º, todos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 164.º do Código do Procedimento Administrativo, logo aquando da realização da sua primeira reunião, após a celebração deste contrato.

Com efeito, apenas nesta data foi possível reunir as condições essenciais à sua celebração, face às negociações com os diversos Agrupamentos de Escolas Agrupados e não Agrupados que só agora foram concluídas.

Acrescem ainda os constrangimentos financeiros das mencionadas entidades para fazer face a despesas correntes e a impossibilidade de se realizarem atempadamente as reuniões da Câmara e da Assembleia Municipal necessárias à sua aprovação.

Braga, 29 de julho de 2022

O PRESIDENTE DA CÂMARA,





PROPOSTA DE CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E NA ESCOLA NÃO AGRUPADA- APLICAÇÃO DO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO

CONSIDERANDO:

1. O novo quadro de transferência de competências nos Municípios, na área da Educação, estabelecido no art.º 11 da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
2. A concretização da transferência de competências nos órgãos municipais, no domínio da Educação, operada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na redação atual;
3. Que o novo regime redefine as áreas de intervenção e âmbito de ação e responsabilidade de cada interveniente, assente nos princípios e regras consagrados na Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, na sua redação atual e no Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos de Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básicos e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei 75/2008, de 22 de abril, na redação atual;
4. Que o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro procede ao reforço das áreas que anteriormente foram descentralizadas para os municípios, conferindo-lhes, também, novas competências;
5. Que o Agrupamento de Escolas é uma unidade organizacional, dotada de órgãos próprios de administração e gestão e que o Diretor constitui um dos seus órgãos de direção, administração e gestão nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, de acordo com o disposto nos artigos 6.º, 10.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho (regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário);



6. Que os órgãos do Agrupamento de Escolas e Agrupadas e não Agrupadas, têm vindo a desenvolver as competências, ora descentralizadas, de forma eficiente e com qualidade de gestão e educação reconhecida por toda a comunidade educativa;
7. Que o n.º 1 do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, na sua redação atual, determina que *"Salvo indicação em contrário, todas as competências previstas no presente Decreto-Lei são exercidas pela Câmara Municipal, com faculdade de delegação no Diretor do Agrupamento de Escolas ou escola não agrupada"*;
8. Que prevê ainda o n.º 3 do art.º 44.º que *"As competências próprias do presidente da câmara e dos órgãos municipais referidas no n.º 1 podem ser objeto de delegação nos órgãos de direção, administração e gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas"*;
9. Que nos termos do art.º 10º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, para além das novas competências plasmadas no próprio diploma, são competências das autarquias locais as atribuídas por outros diplomas, nomeadamente as conferidas pela Lei 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual;
10. Que o contrato de delegação de competências tem por objetivo a identificação das condições em concreto que asseguram o efetivo exercício das competências, agora delegadas, por parte do Agrupamento de Escolas;
11. Que para uma atuação conjunta em que estejam presentes a respeito pela autonomia, pela cooperação, pela solidariedade e pela corresponsabilidade, se torna vital que os diferentes órgãos se esforcem por rentabilizar os meios disponíveis no sentido de melhor responderem às necessidades existentes;
12. Que a negociação, celebração, execução e cessação destes contratos obedece aos princípios de igualdade, de não discriminação, da estabilidade, da prossecução do interesse público, da boa-fé, da necessidade e suficiência dos recursos, do princípio da boa gestão e da continuidade da prestação do serviço público,
13. Os contratos a celebrar totalizam o valor de 135.000 euros, assim distribuídos.



ENTIDADE	Valor 2022
Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio	€ 10 000,00
Agrupamento de Escolas André Soares	€ 10 000,00
Agrupamento de Escolas de Braga Oeste	€ 10 000,00
Agrupamento de Escolas Carlos Amarante	€ 10 000,00
Agrupamento de Escolas de Celeirós	€ 10 000,00
Agrupamento de Escolas D. Maria II	€ 10 000,00
Agrupamento de Escolas Dr. Francisco Sanches	€ 10 000,00
Agrupamento de Escolas de Maximinos	€ 17 500,00
Agrupamento de Escolas de Mosteiro e Cávado	€ 10 000,00
Agrupamento de Escolas de Real	€ 10 000,00
Agrupamento de Escolas Sá de Miranda	€ 10 000,00
Agrupamento de Escolas de Trigal Santa Maria	€ 10 000,00
Escola Artística do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Braga	€ 7 500,00
VALOR TOTAL	€ 135 000,00

PROPONHO

1. Que a Câmara Municipal com vista à sua aprovação pela Assembleia Municipal delibere aprovar a presente proposta de delegação de competências no Diretor dos Agrupamentos de Escolas e na Escola não



agrupada, para contratação de fornecimentos e serviços externos essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º, conjugado com o disposto no artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, na sua redação atual, que veio concretizar a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da educação, ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

2. Autorizar o Diretor dos Agrupamentos de Escolas e Escola agrupada a subdelegar as competências nos números anteriores, para o ano 2022, nos termos do disposto no artigo 46.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, na sua redação atual.

Tudo, nos termos da alínea d), do número 2, do artigo 23.º, da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea m), do número 1, do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conforme minuta do contrato interadministrativo que anexa (Doc. 1).

3. MAIS.

Considerando que há urgência de, na presente data, se celebrarem os mesmos contratos interadministrativos que os mesmos sejam já outorgados e presentes à próxima reunião de Câmara para ratificação e submissão a ratificação da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto na alínea d), do número 2, do artigo 23.º, da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º, da alínea m), do número 1, do artigo 33.º e do nº 3, do artigo 35º, todos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do artigo 164º do Código do Procedimento Administrativo, logo aquando da realização da sua primeira reunião, após a celebração deste contrato.

Com efeito, apenas nesta data foi possível reunir as condições essenciais à sua celebração, face às negociações com os diversos Agrupamentos de Escolas e com a Escola de música que só agora foram concluídas.

Acrescem ainda os constrangimentos financeiros das mencionadas entidades para fazer face a despesas correntes e a impossibilidade de se realizarem atempadamente as reuniões da Câmara e da Assembleia Municipal necessárias à sua aprovação.



BRAGA
Município

Braga, 29 de julho de 2022.

A Vereadora, com área da responsabilidade na área da Educação,

Carla Sepúlveda
(Dra. Carla Sepúlveda)